

A EUROPA FEUDAL

“Qual a função do verdadeiro cavaleiro”. (...) “Proteger a Igreja, lutar contra a traição, reverenciar os sacerdotes, proteger o pobre contra a injustiça e, se for necessário, dispor da própria vida”.⁹

John de Salisbury, filósofo inglês

Em virtude das invasões bárbaras dos séculos IV e V e do fim do Império Romano do Ocidente, começou a se delinear na Europa Centro-Occidental um novo sistema econômico, político e social, que ficou conhecido como Feudalismo. O processo de feudalização se acentuou com o desmembramento do Império Carolíngio (século IX) e em razão de uma nova onda de invasões que terminaram por isolar a Europa de outros continentes. Tais invasões foram deflagradas pelos árabes (século VIII), que dominaram a Península Ibérica, o norte da África e boa parte do Mar Mediterrâneo; pelos viquingues (século IX), que assolaram o norte da Europa; e por magiares e eslavos (século IX), que se apossaram de terras na Europa Oriental.

O sistema feudal reunia elementos das culturas romana, germânica e cristã. Não foi idêntico em todo o continente europeu; em virtude disso, serão focalizadas algumas de suas características gerais.

No auge do Feudalismo, grande parte da Europa estava dividida em domínios (feudos) autossuficientes, de diferentes dimensões e recursos, sustentados por uma economia de subsistência. A posse de terra era sinônimo de poder e riqueza. O poder político estava descentralizado, tendo o rei apenas poder simbólico. O poder de fato era exercido pelos detentores de feudos, ou seja, os membros da nobreza (duques, condes, barões, marqueses) e da alta hierarquia do clero (bispos, arcebispos e abades). Os senhores tinham ampla autonomia em seus feudos, podendo administrar a justiça, coletar impostos e realizar campanhas militares. As cidades contavam com pequenas populações e o comércio era bastante restrito (normalmente à base de trocas) em virtude das péssimas estradas e das ações de salteadores.

⁹ apud: **História em revista**: a arte da guerra, p. 49.

O princípio da vassalagem regia as relações entre os senhores feudais. Os senhores mais poderosos (suseranos) ofereciam proteção ou cediam partes de suas terras a senhores mais fracos (vassallos). Estes, em contrapartida, passavam a dever obrigações aos seus suseranos. Em uma cerimônia (homenagem), realizada regularmente, o vassallo declarava formalmente sua dependência para com seu suserano. Essas relações interpessoais, porém, eram complexas. Havia casos em que um senhor era ao mesmo tempo suserano de um nobre e vassallo de outro; em outras ocasiões, alguns vassallos, sentindo-se suficientemente fortes, rompiam seus laços de dependência, o que invariavelmente gerava sérios conflitos.

VIQUINGUES E MAGIARES

Nos séculos IX e X, a Europa sofreu constantes incursões de viquingues e magiares. Os viquingues, oriundos da Escandinávia, usando barcos rápidos, percorriam mares e rios da Europa, realizando brutais saques. Fundaram colônias na Normandia, Islândia e em muitos outros locais. Um normando de origem viquingue chamado Guilherme conquistou a Inglaterra em 1066. Os magiares deram origem a atual Hungria. Eram povos nômades das estepes que ocuparam a região do médio Danúbio. Desse local realizavam incursões à Europa Ocidental e ao Império Bizantino. Foram subjugados por Oto I, sacro imperador romano-germânico, em 955.

A sociedade feudal era estamental, formada por três ordens: a dos que rezavam (clérigos), a dos que lutavam (nobres) e a dos que trabalhavam (servos). A Igreja tinha grande influência e regulava a sociedade. No século XIII, o poder espiritual, exercido pelo papa, chegou a seu auge, sobrepunhando, em certos momentos, o poder temporal dos soberanos europeus.

Não existiam exércitos permanentes ou regulares. Em caso de guerra, o rei ou um detentor de feudo qualquer, requeria de seus vassallos contingentes e suprimentos para a campanha. As guerras, de maneira geral, eram de pequena envergadura, travadas entre senhores feudais que buscavam aumentar ou defender seus domínios. Questões de honra, o espírito aventureiro e o amor à luta característicos da época também serviam de motivação para o combate.

A cavalaria, na qual ingressavam os nobres, era o elemento principal das hostes (exércitos) feudais. Era regida por um código comportamental que continha diversos preceitos morais, éticos e espirituais a serem seguidos pelo verdadeiro cavaleiro (ser fiel a seu senhor, defender a Igreja, proteger os fracos, ter coragem, cultivar a honra, e tratar os outros cavaleiros com cortesia e respeito).

A formação de um cavaleiro passava por três fases: dos seis aos quatorze anos, o aprendiz era pajem: servia e acompanhava seu senhor e sua senhora, recebia as primeiras noções sobre o manuseio de armas e sobre equitação e aprendia regras sociais (boas maneiras, ler, cantar, escrever e dançar). Dos quatorze aos vinte anos tornava-se escudeiro: auxiliava um cavaleiro (cuidava do equipamento, do cavalo e do bem-estar do seu senhor) e, ao mesmo tempo, aprendia a se tornar um bom membro da cavalaria

(exercitava-se nas artes de montar, lutar, caçar, nadar, poetar e jogar xadrez). Finalmente, por volta dos vinte um anos, em uma cerimônia solene, na qual jurava seguir o código da cavalaria, era sagrado cavaleiro. Na cerimônia recebia sua espada, cinto e esporas, todos devidamente consagrados para o serviço a Deus. As esporas viriam a se tornar o símbolo maior da cavalaria.

Os cavaleiros exercitavam-se continuamente para a guerra participando dos torneios, jogos corriqueiros nos quais ocorriam combates grupais ou “justas” (combates individuais). Quando juntos, formavam corpos de cavalaria pesados, intrépidos e com grande poder de choque, mas indisciplinados, devido à falta de treinamento coletivo.

No século IX, os cavaleiros montavam grandes corcéis, corpulentos e pesados, gerados por métodos de procriação seletivos. Como proteção utilizavam cotas de malha (armaduras confeccionadas pela junção de elos metálicos), elmos de ferro e escudos, que sofreram constantes aperfeiçoamentos. No século XIV, por exemplo, os cavaleiros substituíram as cotas de malha de metal por armaduras feitas com placas metálicas. Estas proporcionavam ao cavaleiro alto grau de proteção em relação aos armamentos da época, mas pouca mobilidade em virtude do peso excessivo (uma armadura completa podia pesar cerca de sessenta quilos). Os armamentos consistiam de lanças (tenderam a ficar mais longas, para desmontar o adversário em vez de perfurá-lo), espadas, adagas, maças, achas e martelo de armas. Em combate, não utilizavam armas de arremesso (bestas e arcos), pois consideravam indigno abater um adversário à distância. O combate entre cavaleiros deveria ser leal, de acordo com o código da cavalaria.

REPRESENTAÇÃO DE CAVALEIROS DO SÉCULO XV



A infantaria, integrada pela população não nobre, foi relegada, pois seus membros tinham reduzido poder de combate, não sendo páreo para os cavaleiros. Os infantes eram mal armados, pouco treinados e exiguamente equipados; não tinham, normalmente, motivação para participar das lutas de seus senhores. Suas armas eram rudimentares, em muitos casos meras adaptações de seus instrumentos de trabalho. Não tinham pudor em fazer uso das armas de arremesso. Geralmente realizavam atividades de apoio aos cavaleiros, como provisão de forragens e trabalhos de sapa. Se empregados diretamente na luta, o que era evitado tanto quanto possível pelos nobres, procuravam desmontar e depois acutilar os cavaleiros. Tomavam parte, ainda, no assédio ou na defesa de fortificações.

Além dos contingentes feudais, perambulavam pela Europa grupos de aventureiros ou mercenários, formados por indivíduos que não se integraram ao sistema feudal (nobres sem terra, servos que fugiam das terras de seus senhores, salteadores). Esses grupos, de valor combativo variável, vagavam aterrorizando e saqueando populações; por vezes, eram contratados por um senhor para determinada campanha.

As campanhas militares eram preferencialmente desencadeadas no outono, quando a colheita já havia sido realizada e o clima era mais ameno. As guerras se travavam em torno de castelos (fortalezas onde residiam os senhores feudais). Caso contasse com forças suficientes, o senhor feudal partia para a ofensiva, procurando conquistar o castelo de seu inimigo; se tivesse menor poder de combate, refugiava-se na sua fortificação. Dentro dos castelos, o senhor feudal, com uma pequena guarnição, podia pôr-se a salvo não só de nobres rivais, mas também da população local ou de incursões de invasores. Além disso, do seu castelo, o senhor feudal podia lançar ataques ao inimigo que o cercava.

BESTAS OU BALESTRAS



As bestas eram conhecidas no mundo clássico, mas seu uso intensivo se deu na Idade Média. Consistiam, genericamente, de um pequeno arco montado sobre um bloco de madeira. Possuíam uma corda muito grossa que podia ser bastante retesada, o que proporcionava ao armamento lançar virotes com grande precisão e poder de penetração (capazes de perfurar as armaduras dos cavaleiros). Eram de fácil manejo, tinham dispositivos que facilitavam a colocação do virote no armamento e seu posterior disparo. A principal deficiência das bestas era a baixa cadência de disparos (soldados experientes lançavam no máximo dois virotes por minuto). A letalidade do armamento era tamanha que a Igreja, no século XII, proibiu sua utilização nas guerras entre cristãos.

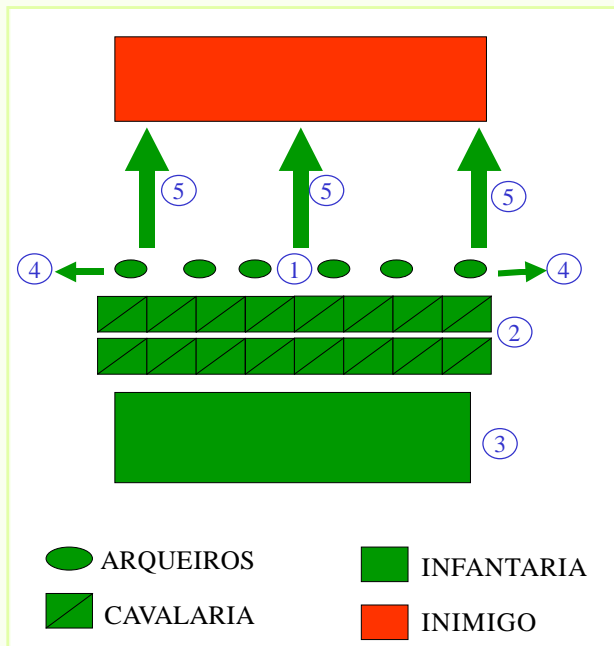
No início, os castelos eram construídos de forma rudimentar, mas, com o passar do tempo, muitos deles se tornaram fortalezas inexpugnáveis aos engenhos bélicos da época. Aos atacantes cabia assediar o castelo e, para isso, utilizavam os mais diversos tipos de engenhos de cerco. Entre estes destacavam-se a balista (besta gigante para o arremesso de flechas), o trabuco (catapulta que lançava pedras, cadáveres infectados e outros objetos) e as torres de assalto (usadas pelas tropas para transporem as ameias das muralhas). Também podia-se fazer uso de sapadores para solapar as muralhas da fortificação ou de cercos para levar os defensores a se render por falta de suprimentos. Muitas vezes, quem realizava a ofensiva evitava atacar diretamente o castelo, preferindo arrasar suas circunvizinhanças (vilas eram saqueadas, plantações destruídas e camponeses mortos ou maltratados); nesses casos, os cavaleiros convenientemente esqueciam seu juramento.

As batalhas campais eram raras, pois os senhores feudais procuravam evitar a imprevisibilidade de um combate de massas em campo aberto. Caso tomassem parte em uma delas, os cavaleiros preferiam lutar entre si, normalmente de acordo com regras preestabelecidas. Por ocasião do embate, os cavaleiros se posicionavam em uma ou mais fileiras, de acordo com seu efetivo, de forma que nenhum deles ficasse impedido de combater. Em muitos casos, os mais impetuosos e indisciplinados, antes mesmo da ordem de ataque, saíam da formação e se lançavam inadvertidamente contra o inimigo. Desencadeada a carga, o líder dificilmente conseguia reorganizar seus cavaleiros para uma nova investida, pois seguia-se um entrevero. O combate redundava, na maioria dos casos, em um número de mortes reduzido, pois o respeito ao código da cavalaria fazia

CASTELO DE ÓBIDOS - PORTUGAL



FORMA USUAL DE COMBATE FEUDAL



Caso as hostes contassem com infantas, o combate geralmente acontecia do seguinte modo: na primeira linha se posicionavam os arqueiros (1); na segunda linha os cavaleiros e escudeiros (2); e na terceira linha os demais infantas (3). Os arqueiros iniciavam o combate lançando suas flechas sobre o adversário, depois, saíam da frente da cavalaria (4); em seguida os cavaleiros desencadeavam suas cargas frontalmente contra o inimigo (5), as quais, na maioria das vezes, decidiam o embate; os demais infantas seguiam os cavaleiros tomando parte também da refrega.

com que os cavaleiros se poupassem. Além disso, um nobre aprisionado rendia a seu captor um bom resgate, a ser pago por sua família, por um vassalo ou por seu senhor. O embate deveria ser franco, pois utilizar-se de estratégias para vencer o inimigo era considerado desonroso. O código da cavalaria não se aplicava à infantaria. Os cavaleiros procuravam não combater os infantas, tidos como ignóbeis, mas em certos momentos o choque entre eles era inevitável. Nesses casos não havia regra alguma, e cavaleiros e infantas utilizavam qualquer artifício para destruir o oponente.

No século XI, a violência e a anarquia haviam chegado a um ponto que ameaçavam seriamente a própria sociedade feudal. Preocupada, a Igreja interveio impondo uma série de restrições (“A Paz de Deus” e a “Trégua de Deus”) que limitavam as guerras a determinados dias da semana e épocas do ano, e, ainda, ameaçavam com punições quem violasse lugares santos, roubasse pobres e ofendesse sacerdotes. Mesmo burladas em muitos casos, as restrições trouxeram certo alívio à sociedade cristã.

A partir do século XII, uma série de eventos, que também corroborariam para o declínio do sistema feudal, passaram a mudar a feição dos exércitos europeus. Começaram a surgir exércitos profissionais e a infantaria, aos poucos, voltou a ser valorizada.

O primeiro evento importante foi o das Cruzadas, nas quais os exércitos europeus sentiram a necessidade de possuir uma boa infantaria. Nos primeiros séculos da Idade Média, era comum europeus peregrinarem para a Palestina, a fim de visitarem lugares santos. Os muçulmanos, que controlavam esses locais, nunca se opuseram

a essas peregrinações, pois elas lhes eram lucrativas. Na segunda metade do século XI, porém, turcos seljúcidas se apossaram dos lugares sacros. Após converterem-se ao islamismo, eles adotaram outra política em relação às peregrinações europeias, passando, segundo os cristãos, a assassinar peregrinos e a profanar lugares sagrados.

Alarmado, o papa Urbano II, no Concílio de Clermont, em 1095, conclamou todos os cristãos da Europa para que organizassem expedições militares para libertar a Terra Santa (Palestina). Foi atendido prontamente por milhares de fervorosos devotos, que pintavam em suas vestes uma cruz, de que se originou o nome do movimento: “cruzadas”.

Além da motivação religiosa, os diversos segmentos da sociedade europeia apoiaram as cruzadas por outros interesses, já que estas significariam uma contraofensiva contra os muçulmanos que assolavam a Europa, permitiriam a abertura de novas rotas comerciais, lançariam a belicosidade dos nobres europeus contra os não-cristãos e possibilitariam aos nobres e servos o acesso a novas terras, aliviando a pressão demográfica existente no continente europeu.

Com tais propósitos, em 1096, partiu para a Terra Santa a primeira cruzada, integrada por cerca de quinhentas mil pessoas. Após muitos percalços, os cruzados venceram os turcos, fundando, em 1099, nas terras conquistadas, o reino de Jerusalém, o principado de Antióquia e os condados de Edessa e Trípoli.

No entanto, as contraofensivas muçulmanas não se fizeram tardar, dando origem a outras sete cruzadas, que se deslocaram para o Oriente Próximo em apoio aos recém-fundados Estados.

Nos campos de batalhas do Oriente Próximo, a infantaria dos exércitos europeus ganhou importância em virtude do método de combate empregado pelos muçulmanos. Estes tinham como principal componente de seu exército uma cavalaria leve (veloz, mas com pouco poder de choque). Em face disso, sabiam que teriam desvantagens se enfrentassem frontalmente os encouraçados cavaleiros europeus. Optaram, então, por emboscá-los. Em locais adequados, lançavam “chuvas” de flechas sobre os cavaleiros cristãos, visando desgastá-los. Só partiam para o combate corpo-a-corpo quando sentissem que os europeus estavam suficientemente debilitados. Caso não conseguissem enfraquecer a cavalaria europeia, retiravam-se do campo de batalha sem maiores transtornos, pois os cavaleiros europeus, muito pesados, não tinham mobilidade suficiente para perseguir-los.

Para enfrentar a tática muçulmana, os europeus estruturaram corpos de infantaria bem equipados e armados, que tinham a função de apoiar a cavalaria. Entre os infantaria se destacavam os besteiros, cujo armamento era muito mais letal do que os arcos dos adversários. Os infantaria europeus usavam grossas casacas de feltro e cotas de malha de metal, o que os tornava incólumes, na maioria dos casos, às flechas turcas. Cavaleiros e infantaria cruzados, apoiando-se, obtiveram bons resultados frente aos ataques inimigos.

No século XII, duas extraordinárias instituições passaram a contribuir para a defesa dos Estados cristãos: a Ordem dos Cavaleiros Hospitalários e a Ordem dos Cavaleiros Templários. Os membros dessas ordens eram, ao mesmo tempo, cavaleiros e monges; viviam com austeridade, devendo total obediência a seus senhores. Nas batalhas, templários e hospitalários eram a ponta-de-lança das forças cristãs.

Os Estados cristãos do Oriente Próximo, no entanto, foram gradativamente cedendo às pressões exercidas pelos turcos. Estes, em 1187, retomaram Jerusalém, e, em 1291, capturaram a fortaleza de São João D’Acre, último reduto cruzado na Terra Santa. A diminuição do fervor religioso na Europa e rivalidades entre senhores feudais, comerciantes e ordens religiosas foram alguns dos motivos que contribuíram para o fim dos Estados cristãos do Oriente Próximo.

Mesmo derrotadas em seu objetivo principal, as cruzadas favoreceram o incremento do comércio na Europa, que já estava sendo reativado por uma classe de mercadores chamados burgueses. Estes residiam geralmente em cidades (burgos) que, em virtude das atividades comerciais, começaram a prosperar. Ao mesmo tempo, melhores condições de vida na Europa resultaram em crescimento populacional, acarretando na intensificação da urbanização e no aumento da importância das cidades, já que muitas pessoas abandonaram os feudos para se fixar nos burgos.

Com o passar do tempo, as cidades mais ricas ensejaram sua autonomia em relação aos senhores que controlavam as terras onde elas se situavam. Algumas conseguiram se libertar pacificamente, outras tiveram de lutar. Os moradores das cidades não tinham recursos para armar uma cavalaria capaz de fazer frente à dos feudos, por isso empenharam-se em valorizar seus infantes, constituindo corpos de infantaria com poder de combate igual ou superior ao dos cavaleiros inimigos.

OUTRAS CRUZADAS

Além das oito principais cruzadas ao Oriente, realizadas entre os anos de 1095 a 1270, houve outras expedições desencadeadas pelos europeus contra os não-cristãos. Em 1095, Pedro, o eremita, comandou a Cruzada dos Mendigos, composta por 40 mil pessoas miseráveis. Ao chegarem à Ásia, os expedicionários foram massacrados pelos muçulmanos.

Em 1212, foi organizada a Cruzada das Crianças, devido à crença que os lugares santos só seriam libertados por pessoas puras. Partiram para o Oriente Próximo cerca de 50 mil crianças, que foram mortas ou escravizadas pelos muçulmanos.

Além dessas cruzadas, os Europeus lançaram outras na Península Ibérica e sul da Itália, para expulsar os muçulmanos; e na Europa Oriental, para converter povos pagãos.

Esses esforços surtiram bons resultados. Exemplo disso foi a Batalha de Courtrai, em 1302, na qual fileiras de piqueiros e besteiros flamengos infligiram pesada derrota à cavalaria francesa, libertando a rica região de Flandres do jugo francês.

Ao lado da reativação comercial e da urbanização, estavam em curso na Europa os processos de centralização do poder e de formação de estados nacionais, objetivo comum de vários monarcas e muitos burgueses.

A formação do estado nacional e a centralização do poder eram do interesse do soberano, porque este passaria a governar de fato seu reino; já os burgueses esperavam do rei a concretização de reformas que pusessem fim aos entraves feudais que dificultavam o comércio (pedágios, taxas e diferentes impostos, leis, moedas, pesos e medidas).

Nesse contexto, grande número de burgueses passou a apoiar o rei, contribuindo com recursos destinados à mobilização de exércitos capazes de derrotar as tropas dos senhores feudais e de cidades insurretas. Tomaram forma, então, exércitos profissionais, a serviço do rei, que não se desmobilizavam após uma campanha.

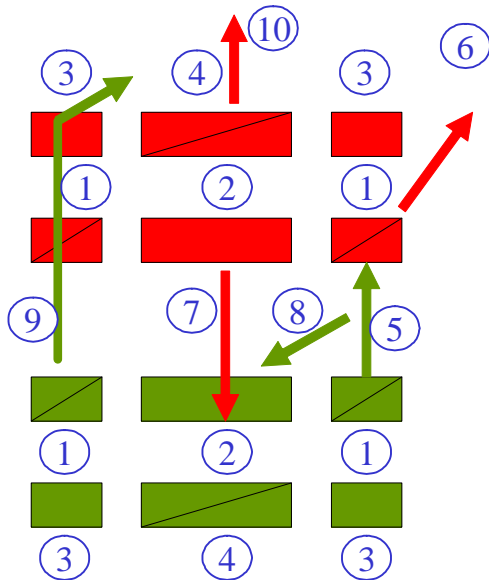
Em 1445, o rei francês Carlos VII constituiu uma força militar para lhe servir, muito diferente das hostes feudais. Seu exército foi composto por mercenários grupados em unidades denominadas “companhias de ordenanças”. Os integrantes destas recebiam soldo e eram proibidos de pilhar. Havia quinze companhias de ordenanças a cavalo, cada uma com 100 equipes, chamadas “lanças”, constituídas por seis homens (um homem d’armas a cavalo, não necessariamente nobre, armado com lança e espada; três arqueiros a cavalo; um piqueiro e um escudeiro). Os infantes (arqueiros, besteiros, piqueiros) reuniam-se em companhias de quinhentos homens; oito companhias davam origem a uma “banda”.

O exército de Carlos VII foi empregado durante a Guerra dos Cem Anos (apesar do nome ocorreu entre os anos de 1337 e 1453), conflito entre os reis da França e os da Inglaterra. Este conflito, palco de inovações bélicas e do incremento das ações da infantaria, originou-se quando o rei inglês Eduardo III entrou na disputa pelo trono francês, que estava vago após a morte do rei Carlos IV, da Casa dos Capetos. Como este não deixara herdeiros masculinos, Eduardo III, que era filho de Isabel, irmã de Carlos IV, considerava-se legítimo herdeiro da monarquia francesa. Os franceses não atenderam à reivindicação de Eduardo III, optando por entronizar Filipe VI, da Casa de Valois.

Insatisfeito, Eduardo III invadiu a França, iniciando a guerra. Havia outros motivos para o confronto, entre os quais o interesse de ingleses e franceses em controlar Flandres, rica região comercial; e a recusa de Eduardo III, que tinha terras na França (portanto vassalo de Filipe VI), a prestar homenagem ao rei francês.

A Guerra dos Cem Anos não foi contínua; períodos de intensas lutas foram entremeados por tréguas instáveis. Desenrolou-se em território francês, caracterizando-se, na maior parte do tempo, por escaramuças, assédios a cidades e fortalezas, saques e destruição de plantações e vilas.

BATALHA DE BOUVINES



LEGENDA

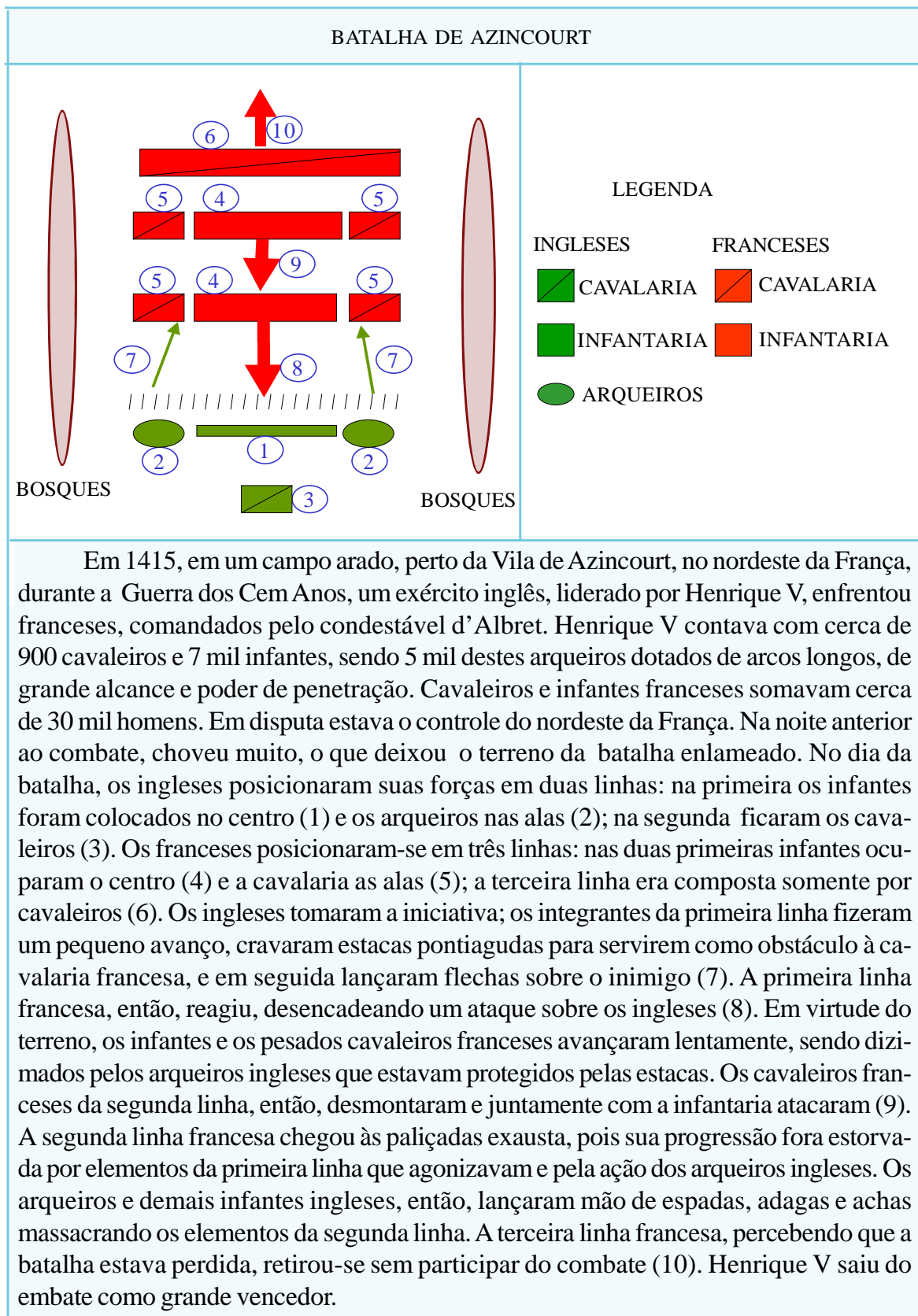
FRANCESES

- CAVALARIA
- INFANTARIA

COLIGADOS

- CAVALARIA
- INFANTARIA

Em 1214, nas proximidades da aldeia flamenga de Bouvines, o exército francês, liderado por Filipe II (Filipe Augusto), enfrentou uma coligação organizada pelo rei inglês João I, da qual faziam parte Oton IV, imperador do Sacro Império e os condes de Boulogne e de Flandres. Os coligados foram comandados por Oton IV, já que João I não tomou parte da batalha. Em questão estava o processo de centralização política e a expansão do Estado Nacional francês, liderado por Filipe II; contestado, entretanto, pelos seus rivais acima elencados. As fontes divergem sobre o número de combatentes. Estima-se que Filipe II contaria com cerca de 7 mil cavaleiros, sendo metade destes sargentos de armas (cavaleiros não nobres) e 40 mil infantes; os coligados teriam aproximadamente 7 mil cavaleiros e 30 mil infantes. Os contendores posicionaram suas tropas da mesma forma, em duas fileiras: na primeira, a cavalaria foi posicionada nas alas (1) e a infantaria no centro (2); na segunda, a infantaria ficou nas alas (3) e a cavalaria no centro (4). Filipe II tomou a iniciativa, ordenando que a cavalaria da ala direita, formada por sargentos de armas, atacasse a cavalaria da ala esquerda coligada (5). A cavalaria coligada atacada se retirou do campo de batalha, após oferecer pouca resistência, pois era formada por nobres, que relutaram em combater os sargentos de armas (6). No centro, os coligados realizaram uma forte investida (7), que foi detida a muito custo pelos franceses, auxiliados por sua ala direita (8). Em seguida os franceses lançaram um decisivo ataque no flanco direito aliado, derrotando-o (9). Com suas alas derrotadas e prestes a ser cercado, o centro coligado retirou-se do campo de batalha (10). Filipe II foi o grande vencedor.



As batalhas campais foram poucas e marcadas pela superioridade dos ingleses, que, graças a isso, passaram a atuar livremente em diversas regiões francesas. As grandes vitórias campais inglesas, em Crécy (1346), Poitiers (1356) e Azincourt (1415), foram obtidas graças ao uso pelos infantes ingleses de um potente arco longo, de origem galesa, que dizimava a cavalaria francesa. Os arcos longos tinham o alcance de cerca de duzentos e trinta metros, maior do que o das bestas empregadas pelos franceses; além disso, um arqueiro bem treinado podia lançar doze flechas por minuto, enquanto um besteiro disparava em média dois viotes no mesmo tempo. Também as flechas inglesas eram superiores, pois tinham pontas especiais, que, disparadas por potentes arcos, transpassavam as armaduras dos cavaleiros franceses.

No final do conflito, os franceses passaram para a ofensiva. Inspirados por uma jovem camponesa chamada Joana D'Arc, que dizia ter sido enviada por Deus para combater os inimigos da França, venceram os ingleses em diversos encontros. Joana, no entanto, foi aprisionada por inimigos e queimada viva em 1432, acusada de ser herege e feiticeira. Mesmos sem sua heroína, os franceses prosseguiram repelindo os ingleses da França, até expulsá-los definitivamente em 1453. Os ingleses permaneceram dominando somente Calais.

De grande importância para o resultado final da guerra foi a utilização de um novo engenho bélico, que revolucionaria a arte da Guerra: as armas de fogo. Canhões foram empregados pelos ingleses em 1346, quando sitiavam Calais. Foram, entretanto, os franceses que destas armas melhor uso fizeram. O armeiro francês Jean Bureau, nos últimos anos da guerra, confeccionou canhões que puseram abaixo as fortificações inglesas existentes na França e que foram empregados maciçamente em batalhas campais, como a de Castillon, em 1453, contribuindo decisivamente para a vitória final francesa.

Durante grande parte da Idade Média, a cavalaria preponderou nos campos de batalha. Cavaleiros, bem equipados e treinados, sobrepujavam os fragilizados infantes. As cruzadas, as milícias comunais e a Guerra dos Cem anos ocasionaram o fortalecimento da infantaria. Posteriormente, na Idade Moderna, corpos de infantaria (agora munidos de armas de fogo) reassumiriam o papel principal nos combates, como acontecera na época da falange e da legião.

Porém, antes da chegada da era da pólvora, na Baixa Idade Média, um povo de guerreiros montados das estepes asiáticas construiria um grande império: os mongóis.